

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais							Demonstração das mutações no patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais				
Receitas	Controladora			Consolidada			Capital social		Prej.acums.	Total	
	2015	2014	2013	2015	2014	2013					
Vendas brutas de produtos e serv.	—	—	—	1.809	—	—	Integraliz.do capital (Nota 16)	33.942	—	33.942	
	—	—	—	1.809	—	—	Prejuízo do exercício	—	(30)	(30)	
Ins.ad.de tercs.							Em 31/12/2013	33.942	(30)	33.912	
Custo das vendas	—	—	—	(1.728)	—	—	Integralização do capital (Nota 16)	171.063	—	171.063	
	—	—	—	(1.728)	—	—	Prejuízo do exercício	0	(6.967)	(6.967)	
Vr.adic.bruto				81			Em 31/12/2014	205.005	(6.997)	198.008	
Dep.,amort,exaus. e impairment	(223)	(132)	(29)	(224)	(132)	(29)	Integralização do capital (Nota 16)	75.658	—	75.658	
							Prejuízo do exercício	—	(5.572)	(5.572)	
Valor adic.líqu. prod.p/entidade	(223)	(132)	(29)	(143)	(132)	(29)	Em 31/12/2015	280.663	(12.569)	268.095	
Vr.ad.rec.transf.							Itarema, composto por 9 (nove) parques eólicos com capacidade instalada total de 207 MW, localizados no município de Itarema, no Estado do Ceará. O portfólio da Companhia, detido por meio das subsidiárias, consiste nas seguintes usinas eólicas:				
Part.res.de cont.(19.625)	(547)	—	—	—	—	—	Central Geradora Eólica	Potência Instal. (MW)	Energia Vendida (MW médio)	Garantia Física (MW médio)	
Recs.financeiras	28.761	6.779	257	29.728	6.779	257	Itarema I	09/2013 (A-3/2013)	27,00	13,50	14,60
Valor adic.total a distribuir	8.913	6.100	228	29.586	6.647	228	Itarema II	09/2013 (A-3/2013)	27,00	13,00	13,90
Distribuição do valor adicionado							Itarema III	09/2013 (A-3/2013)	15,00	7,60	8,10
Pessoal	—	(253)	—	(1.560)	(253)	—	Itarema IV	03/2014 (A-3/2014)	21,00	9,40	11,10
Serv.profissionais	(1.737)	(4.637)	(144)	(5.638)	(4.953)	(144)	Itarema V	09/2013 (A-3/2013)	21,00	9,40	10,70
Impostos, taxas e contribuições	(12.338)	(1.424)	(81)	(13.355)	(1.424)	(81)	Itarema VI	03/2014 (A-3/2014)	24,00	12,30	12,20
Desps.financeiras	(193)	(6.131)	(27)	(10.479)	(6.131)	(27)	Itarema VII	03/2014 (A-3/2014)	21,00	10,70	10,90
Outras despesas	(216)	(622)	(6)	(4.125)	(853)	(6)	Itarema VIII	03/2014 (A-3/2014)	21,00	9,30	10,20
Prej.do exercício	5.572	6.967	30	5.572	6.967	30	Itarema IX	03/2014 (A-3/2014)	30,00	9,10	15,30
Valor adicionado distribuído	(8.913)	(6.100)	(228)	(29.586)	(6.647)	(228)	Total		207,00	94,30	107,00
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015							As subsidiárias da Companhia sagraram-se vencedoras no âmbito dos leilões A-3 de 2013 (fase 1) e 2014 (fase 2), promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, tendo comercializado toda a energia, ao preço médio de R\$128,95/MWh e R\$133,43/MWh, respectivamente, a ser gerada para as distribuidoras de energia que participaram de tais leilões como compradoras. Foram celebrados Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs entre cada subsidiária e as compradoras de energia, todos com prazo de 20 anos. As usinas estão conectadas no Sistema Interligado Nacional (“SIN”) através da subestação Acaraú (CHESF, em operação), distante 26,5 km do Complexo Eólico Itarema. Até 31 de dezembro de 2015 as empresas do Grupo estavam em fase pré-operacional. O início das operações ou a previsão, para cada central gerador, está detalhado no quadro abaixo:				
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma											
1. Informações gerais. A Itarema Geração de Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, constituída no Brasil em 1º de janeiro de 2011, com sede em Fortaleza-CE e iniciou suas atividades como uma sociedade holding originadora de projetos eólicos. A Companhia passou a ser controlada integralmente por Ipanema Geração de Energia e Participações S.A. em 16 de junho de 2013, passando a fazer parte do grupo Rio Energy, uma plataforma de investimento fundada em 2012 com foco no desenvolvimento, construção e operação de ativos de geração de energia renovável no Brasil. Atualmente, a Companhia possui nove subsidiárias integrais (“Grupo”), constituídas sob a forma de sociedades de propósito específico, que juntas detêm o Complexo Eólico											
Central Geradora Eólica	Unidades Geradoras	Início da Operação em teste			Início da Operação Comercial		Início do Suprimento Regulatório				
Itarema I	9	Unidades 6 a 9 em: 6/02/2016 Unidades 1 a 5 em: 23/02/2016			Todas as unidades em 01 de abril de 2016		02/05/2016				
Itarema II	9	Unidades 2 a 7 em: 17/12/2016 Unidade 1 em: 30/01/2016 Unidades 8 e 9 em: 10/03/2016			Unidades 2 a 7 em: 23/02/2016 Unidade 1 em: 4/03/2016 Unidades 8 e 9 em: 01/04/2016		02/05/2016				
Itarema III	5	Todas as unidades em: 17/03/2016			Não há unidades em operação		2/05/2016				
Itarema IV	7	Não há unidades em operação			Não há unidades em operação		01/01/2017				
Itarema V	7	Todas as unidades em: 15/12/2015			Todas as unidades em: 01/01/2016		01/01/2016				
Itarema VI	8	Não há unidades em operação			Não há unidades em operação		01/01/2017				
Itarema VII	7	Não há unidades em operação			Não há unidades em operação		01/01/2017				
Itarema VIII	7	Não há unidades em operação			Não há unidades em operação		01/01/2017				
Itarema IX	10	Não há unidades em operação			Não há unidades em operação		01/01/2017				
A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 20 de abril de 2016. 2. Resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. 2.1. Base de preparação. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de alguns instrumentos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. (a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. (b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações. As normas novas e alterações de normas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016 não terão impacto material para o Grupo. 2.2. Consolidação. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota 12. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. (a) Controladas. Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. (b) Perda de controle em controladas. Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. 2.3. Apresentação de informações por segmentos. As informações por											

segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. A Companhia e suas controladas possuem apenas um segmento, que é a sua unidade de negócio estratégico, geração de energia. **2.4. Conversão de moeda estrangeira. (a) Moeda funcional e moeda de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos.** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". **2.5. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.6. Ativos financeiros. 2.6.1 Classificação.** O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **2.6.2. Reconhecimento e mensuração.** Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. Para ativos mensurados ao custo amortizado, o Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge.** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Em virtude de o Grupo não adotar como política a contabilidade de hedge, as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado. **2.8. Contas a receber de clientes.** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). **2.9. Imobilizado.** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: **Ativos Administrativos; Anos;** Máquinas e equipamentos; 10; Veículos; 5; Móveis e utensílios; 10. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. O ativo imobilizado esta composto principalmente por ativo em construção representando o complexo eólico em construção. Uma vez iniciadas as operações cada parque será depreciado com base na vida útil ou o prazo contratual (Nota 1), dos dois o menor. **2.10. Impairment de ativos não financeiros.** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). **2.11. Contas a pagar aos fornecedores.** As contas a pagar, principalmente compostas por contratos para a construção dos parques eólicos, desde as obras cíveis, aero geradores, subestações e linhas de transmissão, são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.12. Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos correspondem principalmente a debêntures e empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Eles são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.14. Capital social.** Agrupa os valores designados a compor o capital social da Empresa, composto pelo capital subscrito. As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.15. Reconhecimento da receita.** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração e comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, líquidas dos descontos. **a) Venda de energia elétrica.** Em 31 de dezembro de 2015 o Grupo não havia iniciado suas operações. A Eólica Itarema II S.A. e a Eólica Itarema V S.A. encontram-se liberadas pela ANEEL para realização de testes (Nota 1). Uma vez iniciadas as operações os contratos estabelecem venda de energia no mercado regulado e liquidação no mercado de curto prazo quando a geração exceder o previsto em contrato. Com objetivo de aumentar o lastro de venda de energia para o ano de 2016, Itarema II e Itarema III assinaram contratos bilaterais de compra de energia nos meses de novembro e dezembro de 2015 e liquidaram no mercado de curto prazo ao PLD (Nota 20). **b) Receita financeira.** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.16. Normas novas que ainda não estão em vigor.** As seguintes novas normas foram emitidas pelo

IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 10 de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

2.17. Operações de compra e venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros.* O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Não há outras estimativas e premissas que apresentem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

4. Gestão de risco financeiro. 4.1. Fatores de risco financeiro. As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação, risco de preço de liquidação das diferenças, "PLD"), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo no Brasil, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

(a) Risco de mercado. (i) Risco cambial. O Grupo não realiza projetos no exterior ou transações relevantes atreladas a moedas estrangeiras, porém riscos cambiais e condições internacionais do mercado podem afetar o Grupo indiretamente. **(ii) Risco de taxa de juros.** O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros em decorrência de empréstimos de longo prazo por ele celebrados cujas obrigações financeiras estão atreladas a taxa flutuante denominada Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), definida pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas mantinham 100% de seus financiamentos atrelados à TJLP, correspondendo a R\$ 517.555 mil (Nota 16). A TJLP oficial no final dos exercícios de 2013, 2014 e 2015 foram, no Brasil, de 5%, 5% e 7% ao ano, respectivamente, conforme estabelecido pelo CMN, e caso venha a aumentar as taxas de juros, ou tomar outras medidas de política monetária que resultem no aumento efetivo da TJLP, os encargos pagos pelas dívidas aumentarão, o que pode afetar adversamente os seus negócios e seus resultados. Até 31 de dezembro de 2015, o Grupo não realizou qualquer pagamento de juros atrelados à TJLP. **(iii) Risco de inflação.** O Grupo está sujeito ao risco de inflação devido ao fato de grande parte de suas receitas e despesas operacionais estarem atreladas ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinha 100% de suas receitas atreladas ao IPCA. As taxas de inflação medidas por esse índice no final dos exercícios de 2013, 2014 e 2015 foram, no Brasil, de 5,91%, 6,41% e 10,61% ao ano, respectivamente. Caso haja aumento da inflação, os encargos pagos em relação às receitas aumentarão o que poderá afetar positivamente os seus negócios e seus resultados. **(iv) Risco de preço de liquidação das diferenças ("PLD").** O Grupo está sujeito ao risco do PLD. Os contratos de compra e venda de energia celebrados pelo Grupo preveem mecanismos onde geração de energia é

acumulada em determinado ano estiver acima da banda superior estabelecida, liquida-se o excedente a esta banda com base no preço de liquidação das diferenças. Analogamente, quando a geração acumulada em determinado ano estiver abaixo da banda inferior, liquida-se o montante inferior a essa banda ao máximo entre o valor de contrato e o PLD médio do período. O PLD é um valor calculado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e utilizado primordialmente para a liquidação do mercado de curto prazo realizada pela CCEE. O PLD tem seu valor máximo e mínimo estabelecidos anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Para fins de referência, o teto e piso do PLD para o ano de 2016 foram estabelecidos, respectivamente, em R\$ 422,56/MWh e R\$ 30,25/MWh.

(b) Risco de crédito. O Grupo está exposto à possibilidade de não receber os valores que lhe são devidos, seja dos seus clientes ou aqueles relacionados às aplicações financeiras. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que a administração de referidos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela administração do Grupo. O Grupo não efetua aplicações em caráter especulativo. O Grupo gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas adotadas pela sua administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas vis-à-vis condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(c) Risco de liquidez. A Companhia está exposta à capacidade de suas controladas e controladoras de liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade de pagamento, a previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar um caixa suficiente para atender aos compromissos da Companhia. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano e dois anos	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31/12/2015				
Fornecs.e outras obrigs.	1.012	-	-	-
Em 31/12/2014				
Fornecs.e outras obrigs.	592	5	-	-
Debentures	97.596	-	-	-
Em 31/12/2013				
Fornecs.e outras obrigações	77	-	-	-
	Consolidado			
	Menos de um ano e dois anos	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31/12/2015				
Fornecs.e outras obrigs.	52.113	-	11	-
Empréstimo BNDES	25.460	44.645	139.375	321.863
Em 31/12/2014				
Fornecs.e outras obrigs.	5.179	5	-	-
Debentures	97.596	-	-	-
Em 31/12/2013				
Fornecs.e outras obrigações	77	-	-	-

(d) Análise de sensibilidade. A tabela a seguir detalha a sensibilidade do Grupo à variação das taxas de juros de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015. A análise de sensibilidade foi calculada considerando redução e aumento do CDI e da TJLP, em 1%, para um período de 12 meses. Adicionalmente, foram incluídas sensibilidades em dois outros cenários, cenários I e II, com 25% (1,25) e 50% (1,50) acima do cenário considerado razoável, respectivamente.

	Saldo em Risco	Cenário		
		31/12/15 razoável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	Aumento/redução de 1% no CDI	103.804	1.038	3.509
Empréstimos e financiamentos	Aumento/redução de 1% na TJLP	517.555	5.176	9.704
Impacto no resultado e patrimônio líquido		-	6.214	13.213
			26.425	

4.2. Gestão de capital. Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O Grupo considera que índices de alavancagem financeiro em torno de 60 para projetos de infraestrutura são adequados. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 podem ser assim sumarizados:



	Consolidado		
	2015	2014	2013
Total dos empréstimos	517.554	97.596	-
Menos: caixa e equiv.caixa (Nota 7)	(108.538)	(104.059)	(17.640)
Dívida líquida	409.016	(6.463)	(17.640)
Total do patrimônio líquido	268.095	198.008	33.912
Capital total	677.111	191.545	16.302
Índice de alavancagem financeira - %	60	-	-

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

4.3. Estimativa de valor justo. A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo:

• Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

• Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

• Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Companhia e suas controladas classificam suas aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativo e empréstimo e financiamentos, nos montantes de R\$ 103.804 e R\$ 517.555, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015, e nos montantes de R\$ 102.877, R\$ 3.392 e R\$ 97.596, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014 como sendo mensurações de valor justo de Nível 2.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora			
	Empréstimos e rece-ao valor biveis	Ativos ao valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2015				
Ativo, conf.balanco patrimonial				
Caixa e equivalente de caixa	180	-	-	180
Adiantamento fornecedores	377	-	-	377
	557	-	-	557
Passivo, conf.balanco patrimonial				
Fornecedores e outras obrigações	-	-	161	161
	-	-	161	161

	Consolidado			
	Empréstimos e rece-ao valor biveis	Ativos ao valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2015				
Ativo, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalente de caixa	108.538	-	-	108.538
Contas a receber	1.809	-	-	1.809
Adiantamento a fornecedores	447	-	-	447
	110.794	-	-	110.794
Passivo, conf.balanco patrimonial				
Fornecedores e outras obrigações	-	-	58.790	58.790
Empréstimos e financiamentos	-	-	517.555	517.554
	-	-	576.334	576.334

	Controladora			
	Empréstimos e rece-ao valor biveis	Ativos ao valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2014				
Ativo, conf.balanco patrimonial				
Caixa e equivalente de caixa	104.011	-	-	104.011
Adiantamento a fornecedores	107	-	-	107
Instrumento financ.derivativo	-	3.392	-	3.392
	104.118	3.392	-	107.510
Passivo, conf.balanco patrimonial				
Fornecedores e outras obrigações	-	-	93	93
Debêntures	-	-	97.596	97.596
	-	-	97.689	97.689

	Consolidado			
	Empréstimos e rece-ao valor biveis	Ativos ao valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2014				
Ativo, conf.balanco patrimonial				
Caixa e equivalente de caixa	104.059	-	-	104.059
Adiantamento a fornecedores	107	-	-	107
Instrumento financ.derivativo	-	3.392	-	3.392
	107.558	3.392	-	107.558
Passivo, conf.balanco patrimonial				
Fornecedores e outras obrigações	-	-	5.184	5.184
Debêntures	-	-	97.596	97.596
	-	-	102.780	102.780

	Controladora			Total
	Empréstimos e rece-ao valor biveis	Ativos ao valor justo	Outros passivos financeiros	
Em 31 de dezembro de 2013				
Ativo, conf.balanco patrimonial				
Caixa e equivalente de caixa	17.636	-	-	17.636
Adiantamento a fornecedores	15.176	-	-	15.176
	32.812	-	-	32.812
Passivo, conf.balanco patrimonial				
Fornecedores e outras obrigações	-	-	77	77
	-	-	77	77

	Consolidado			Total
	Empréstimos e rece-ao valor biveis	Ativos ao valor justo	Outros passivos financeiros	
Em 31 de dezembro de 2013				
Ativo, conf.balanco patrimonial				
Caixa e equivalente de caixa	17.640	-	-	17.640
Adiantamento a fornecedores	15.176	-	-	15.176
	32.816	-	-	32.816
Passivo, conforme balanço patrimonial				
Fornecedores e outras obrigações	-	-	77	77
	-	-	77	77

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros mais relevantes que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Consolidado		
	2015	2014	2013
Caixa e equivalente de caixa - Itaú			
AAA (Fitch Ratings)	108.538	104.059	17.640
	108.538	104.059	17.640
Contraparte sem histórico de atraso	2.120	3.118	15.176
	2.120	3.118	15.176

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Caixa e bancos	180	1.134	-	4.734	1.182	4
Aplics.financ.(a)	-	102.877	17.636	103.804	102.877	17.636
	180	104.011	17.636	108.538	104.059	17.640

(a) As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB) com liquidez diária, sem perda de valor em caso de resgate antecipado e indexado à 98% do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2015	2015	2015
8. Contas a receber de clientes				
Comercialização de energia na CCEE	-	-	1.809	1.809
	-	-	1.809	1.809

Os contratos de venda de energia firmados com as distribuidoras começam a partir de janeiro de 2016.

Entretanto, houve uma venda de energia adquirida da Eólica Caetité C.S.A. (parte relacionada, Nota 15) para Itarema I e Itarema II para aumentar o lastro de venda de energia para o ano de 2016, dado que o lastro de venda é auferido pela média móvel dos últimos 12 meses.

Dessa forma, as Itaremas, mesmo ainda não estando em operação, tiveram energia a liquidar no mercado de curto prazo nos meses de novembro e dezembro de 2015.

Em 31 de Dezembro de 2015, o valor de contas a receber corresponde a vendas estimadas no mês de novembro e dezembro de 2015 à CCEE no valor de R\$ 875 e R\$ 934. Em 31/12/2015 não havia inadimplência no contas a receber.

O prazo estimado de recebimento é de até 3 meses.

9. Adiantamento a fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Acciona	-	-	15.124	-	-	15.124
Outros	377	107	52	447	107	52
	377	107	15.176	447	107	15.176

No ano de 2013 a Controladora realizou um adiantamento ao fornecedor Acciona no valor de R\$ 15.124, para a aquisições de turbinas e de serviços prestados para a construção do parque de geração de energia. Os valores restantes de adiantamentos em aberto em 31 de Dezembro de 2013, de 2014 e de 2015 correspondem a prestação de serviços e aquisição de mercadorias.

10. Instrumento financeiro derivativo: Contratos de compra de opção de câmbio a termo: Em 22 de setembro de 2014, a controladora contratou um instrumento financeiro derivativo, contrato de opção de compra de Euro, a um preço de exercício de R\$ 3,3850 para o valor nominal de 31.082 Euros, pagando um prêmio de R\$ 6.055 para exercer a opção em 02 de Setembro de 2015.

O instrumento financeiro derivativo foi contratado para proteção dos pagamentos ao principal fornecedor do Grupo, responsável pela construção do parque eólico.

O valor justo da opção de compra, em 31/12/2014, totalizou R\$ 3.392. Ganhos e perdas referentes a esse contrato de opção, foram reconhecidos diretamente ao resultado do exercício findo em 31/12/2014. Em 02 de setembro de 2015, momento da liquidação do contrato, o ganho acumulado da operação totalizou R\$ 23.373, sendo reconhecidos no resultado do exercício findo em 31/12/2015 o valor de R\$ 19.981.

11. Investimentos: (a) Movimentação dos investimentos

	Controladora		
	2015	2014	2013
Em 1º de janeiro	159.410	4	-
Integralização de capital	104.966	155.898	4
Custos financeiros sobre controladas (i)	19.674	4.055	-
Participação nos resultados de controls.	(19.625)	(547)	-
Em 31 de dezembro	264.425	159.410	4

(i) Em 31/12/2015 e 2014, os custos financeiros capitalizados no investimento referem-se a juros e encargos das debêntures realizados na controladora para financiamento da construção dos ativos das controladas. A capitalização foi efetuada para fins de equalização de

(b) Participação societária nos investimentos

	País	Percentual de participação no capital votante e total		
		2015	2014	2013
Eólica Itarema I	Brasil	100%	100%	100%
Eólica Itarema II	Brasil	100%	100%	100%
Eólica Itarema III	Brasil	100%	100%	100%
Eólica Itarema IV	Brasil	100%	100%	-
Eólica Itarema V	Brasil	100%	100%	100%
Eólica Itarema VI	Brasil	100%	100%	-
Eólica Itarema VII	Brasil	100%	100%	-
Eólica Itarema VIII	Brasil	100%	100%	-
Eólica Itarema IX	Brasil	100%	100%	100%

O investimento é composto pela integralização de capital nas empresas Eólica Itarema I, Eólica Itarema II, Eólica Itarema III, Eólica Itarema IV, Eólica Itarema V, Eólica Itarema VI, Eólica Itarema VII, Eólica Itarema VIII e Eólica Itarema IX, tendo a participação de 100% do capital das mesmas. (c) **Resumo das informações financeiras:** O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

Nome	2015				2014				2013			
	Ativo	Passivo	Patr.liq.	Prejuízo	Ativo	Passivo	Patr.liq.	Prejuízo	Ativo	Passivo	Patr.liq.	Prejuízo
Eólica Itarema I	118.434	81.889	36.545	(3.751)	51.821	2.824	48.997	(87)	1	-	1	-
Eólica Itarema II	106.762	81.014	25.748	(2.454)	48.464	2.710	45.754	(88)	1	-	1	-
Eólica Itarema III	61.099	47.462	13.637	(1.515)	28.578	2.032	26.546	(65)	1	-	1	-
Eólica Itarema IV	82.009	59.125	22.885	(1.995)	4.036	3.865	171	(44)	-	-	-	-
Eólica Itarema V	84.339	58.635	25.704	(1.973)	35.435	2.349	33.086	(83)	1	-	1	-
Eólica Itarema VI	94.846	73.060	21.786	(2.056)	4.968	4.768	200	(47)	-	-	-	-
Eólica Itarema VII	85.316	62.273	23.043	(1.812)	4.345	4.173	172	(45)	-	-	-	-
Eólica Itarema VIII	78.140	48.828	29.311	(1.698)	3.897	3.723	174	(44)	-	-	-	-
Eólica Itarema IX	113.358	71.320	42.039	(2.371)	4.390	4.135	255	(44)	-	-	-	-
	<u>824.304</u>	<u>583.608</u>	<u>240.696</u>	<u>(19.625)</u>	<u>185.934</u>	<u>30.579</u>	<u>155.355</u>	<u>(547)</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>-</u>

12. Imobilizado

	Controladora					Total
	Veículos	Máqs. e Equip.s	Móveis e utens.	Terre-nos	Imob.em andam.	
Em 31/12/2012	-	-	-	-	-	-
Adições	-	512	-	-	547	1.059
Depreciação anual	-	(29)	-	-	-	(29)
Em 31/12/2013	-	483	-	-	547	1.030
Adições	386	599	30	-	-	1.015
Depreciação anual	(71)	(53)	(1)	-	-	(125)
Em 31/12/2014	315	1.029	29	-	547	1.920
Adições	-	280	2	454	-	735
Baixas	-	(599)	-	-	(547)	(1.146)
Depreciação anual	(77)	(84)	(3)	-	-	(163)
Em 31/12/2015	238	626	28	454	-	1.346

Debêntures: A Companhia emitiu 150.000 debêntures simples em 05 de maio de 2014, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta privada com esforços restritos de distribuição. Até 31 de dezembro de 2014 houve a emissão do principal de R\$ 93.541, e no dia 08 de maio de 2015 houve a emissão do principal de R\$ 68.068. As debêntures venceram em junho de 2015 e foram amortizadas em parcela única. Os juros provisionados e não pagos sobre debêntures em 31 de dezembro de 2014 totalizavam R\$ 4.055. Sobre o valor nominal incidiram juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizados com uma sobretaxa de 1,65% expressa na forma percentual ao ano. A remuneração foi calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário, desde a data de emissão até a data de vencimento. **Empréstimos - BNDES** Em 15 de outubro de 2015, foi contratado um financiamento de longo prazo junto ao BNDES (vencimento junho de 2033). O valor total do financiamento aprovado foi de R\$ 652.552, sendo R\$ 96.795 pela Eólica Itarema I S.A., R\$ 86.921 pela Eólica Itarema II S.A., R\$ 49.958 pela Eólica Itarema III S.A. e R\$ 62.563 pela Eólica Itarema V S.A., sob os quais incidirão juros de 2,45% ao ano a título de remuneração, acima da TJLP. O restante é assim composto: R\$ 67.054 pela Eólica Itarema IV S.A., R\$ 77.812 pela Eólica Itarema VI S.A., R\$ 66.856 pela Eólica Itarema VII S.A., R\$ 59.538 pela Eólica Itarema VIII S.A. e R\$ 85.025 pela Eólica Itarema IX S.A., sob os quais incidirão juros de 2,45% ao ano a título de remuneração, acima da TJLP. Do valor contratado, em 25 de novembro de 2015 já haviam sido captados R\$ 512.862. O saldo remanescente deve ser captado ao longo do primeiro semestre de 2016. Os encargos financeiros provisionados e não pagos em 31 de dezembro de 2015 totalizam R\$ 4.693. Como garantia do pagamento dos empréstimos, o Grupo apresentou (i) os direitos emergentes dos contratos de fornecimento e de operação e manutenção das turbinas e dos CCEARs, incluindo os direitos creditórios decorrentes das autorizações concedidas por meio de portarias emitidas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") para produção independente de energia; (ii) as turbinas e a totalidade das ações; e (iii) cessão fiduciária dos direitos de crédito a elas relacionados, inclusive os recursos nelas depositados. A exposição dos empréstimos do Grupo, às variações na taxa de juros e às datas de reprecificação contratual nas datas do balanço, é como segue:

(i) Em 31/12/2014 os custos de empréstimos da controladora foram capitalizados no montante de R\$ 4.055. (ii) Em 31/12/2015 os custos de empréstimos da controladora e das controladas foram capitalizados no montante de R\$ 19.674 e R\$ 4.693, respectivamente. O saldo de obras em andamento em 31/12/2015 refere-se substancialmente aos gastos incorridos na construção dos parques eólicos.

13. Fornecedores e outras obrigações

	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Acciona Windipower Brasil	-	-	-	34.337	-	-
WEG	-	-	-	8.191	-	-
Dois A Engenharia e Tecnologia	-	-	-	-	4.576	-
Itaú BBA	-	-	-	3.242	-	-
Outros	161	93	77	2.020	93	77
	<u>161</u>	<u>93</u>	<u>77</u>	<u>47.790</u>	<u>4.669</u>	<u>77</u>

Em 31/12/2015 e 2014, o saldo de fornecedores consolidado corresponde a saldos de compra de bens e serviços para a construção dos parques eólicos. As contas a pagar são em moeda nacional.

14. Empréstimos e Financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Circulante	-	-	-	-	-	-
Empr.- BNDES	-	-	-	11.672	-	-
Deb.e outr.emprs.	97.596	-	-	97.596	-	-
	<u>97.596</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.672</u>	<u>97.596</u>	<u>-</u>
Não circulante	-	-	-	-	-	-
Emprést-BNDES	-	-	-	505.883	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>505.883</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total empréstos.	<u>97.596</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>517.555</u>	<u>97.596</u>	<u>-</u>

	Consolidado	
	2015	2014
Menos de um ano	11.672	97.596
Entre um e dois anos	44.645	-
Entre dois e cinco anos	139.375	-
Acima de cinco anos	321.863	-
	<u>517.555</u>	<u>97.596</u>

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos não circulantes são os seguintes:

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	2015	2014	2015	2014
Debêntures	-	97.596	-	97.596
Empréstimo BNDES	517.555	-	517.555	-
	<u>517.555</u>	<u>97.596</u>	<u>517.555</u>	<u>97.596</u>

O valor justo dos empréstimos classificados no circulante e no longo prazo é semelhante ao seu valor contábil, uma vez que a taxa de desconto aproxima-se da taxa do empréstimo.

Esses valores estão no nível 2 da hierarquia do valor justo.



15. Partes relacionadas:

	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Cust.das vendas(a)	—	—	—	1.728	—	—
Tot.Cto.vendas	—	—	—	1.728	—	—
Adiant.p/futuro	—	—	—	—	—	—
aum.de capital	—	25.992	143	—	—	—
Compar.de desp. 7.157	—	—	—	—	—	—
Outr.ctas.a rec.	—	—	—	3.113	—	143
Total de contas a receber	7.157	25.992	143	3.113	—	143
Compra de energia (b)	—	—	—	1.728	—	—
Outras contas a pagar	753	5	—	11	5	—
Total cts.a pag.	753	5	—	1.739	5	—

Consolidado: O Grupo é controlado pela Ipanema Geração de energia e Participações S.A. (constituída no Brasil), que detém 100% das ações da Itarema Geração de Energia Ltda. A controladora final do Grupo é o Rio Energy Fundo de Investimento em Participações (constituída no Brasil). As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: (a) **Compra de produtos**

	2015	2014	2013
Compra de energia (i)	1.728	—	—
	1.728	—	—

(i) Nos meses de novembro e dezembro de 2015 foi realizado contrato bilateral de compra de energia das empresas Itarema II e Itarema III com a Eólica Caetité C S.A., companhia controlada pela Rio Energy Fundo de Investimento em Participações, para aumentar o lastro de venda de energia para o ano de 2016, dado que o lastro de venda é auferido pela média móvel dos últimos 12 meses. Dessa forma, o custo registrado na consolidação corresponde a operação entre empresas do mesmo grupo econômico. A energia foi comprada com base em termos e condições comerciais registrados na Câmara Comercializadora de Energia Elétrica. (b) **Saldos do fim do exercício, decorrentes das compras de energia**

	2015	2014	2013
Contas a pagar	1.728	—	—
	1.728	—	—

As contas a pagar às partes relacionadas são decorrentes de operações de compra acima. (c) **Saldos do fim do exercício, decorrentes das transações entre a controladora e as controladas:** Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a controladora Itarema Geração, efetuou junto às suas controladas adiantamento para futuro aumento de capital, que foi capitalizado em abril e setembro do ano de 2015. Em 31 de dezembro de 2015, a Controladora tem saldo a receber com as controladas de compartilhamento de despesas administrativas. **16. Patrimônio líquido: (a) Capital social e reservas: (i) Capital subscrito e integralizado:** Em 31 de dezembro de 2015, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 280.663 tendo a Ipanema Geração de Energia e Participações S.A. 99,99% das ações e sendo sua controladora integral, onde as ações estão distribuídas seguinte forma:

Participação no capital (%)

	Votante	Total
Ipanema Geração de Energia e Participações S.A.	99,99	99,99
Marcos Ferreira Meireles (uma ação)	0,01	0,01
	100	100

A quantidade total de ações ordinárias é de 280.663 mil ações, 205.005 mil ações e 33.942 mil ações em 2015, 2014 e 2013 respectivamente, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. Todas as ações emitidas estão integralizadas e têm os mesmos direitos de voto em assembleias e de recebimento de dividendos.

Quant.de ações

	milhares	Capital	Total
Em 1 ^o de janeiro de 2013	216	216	216
Ações emitidas – Novembro/2015	33.726	33.726	33.726
Em 31 de dezembro de 2013	33.942	33.942	33.942
Ações emitidas – Junho/2014	35.840	35.840	35.840
Ações emitidas – Julho/2014	47.296	47.296	47.296
Ações emitidas – Dezembro/2014	87.927	87.927	87.927
Em 31 de dezembro de 2014	205.005	205.005	205.005
Ações emitidas – Fevereiro/2015	49.950	49.950	49.950
Ações emitidas – Julho/2015	37.708	37.708	37.708
Redução Ações – Setembro/2015	(12.000)	(12.000)	(12.000)
Em 31 de dezembro de 2015	280.663	280.663	280.663

(ii) **Dividendos propostos:** Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de quaisquer espécies será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da Lei societária. Devido ao prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, nenhuma destinação foi efetuada. (b) **Prejuízos acumulados:** Em 31 de dezembro de 2015 os prejuízos acumulados da Companhia são de R\$ 12.569, correspondente ao prejuízo de R\$ 5.572, prejuízo de R\$ 6.997 e prejuízo de R\$ 30 dos exercícios findos em 31 de dezembro 2015, 2014 e 2013, respectivamente. **17. Receita de vendas:** A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida para o exercício findo em 31/12/2015 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	—	1.809
Impostos sobre vendas	—	(168)
Receita	—	1.641

Em 31 de Dezembro de 2015, as controladas Itarema II e Itarema III ainda não haviam entrado em operação. Seus contratos de venda de energia somente começam a valer a partir de janeiro de 2016. Entretanto, com objetivo de aumentar o lastro de venda de energia para o ano de 2016, auferido pela média móvel dos últimos 12 meses, essas controladas assinaram contratos bilaterais de compra de energia com sua parte relacionada Eólica Caetité C S.A. nos meses de novembro e dezembro de 2015. Essa energia foi liquidada no mercado de curto prazo ao PLD.

18. Custo das vendas: Como descrito acima, com objetivo de aumentar o lastro de venda de energia para o ano de 2016, algumas empresas do Grupo assinaram contratos bilaterais de compra de energia com sua parte relacionada Eólica Caetité C S.A. nos meses de novembro e dezembro de R\$ 1.728. **19. Despesas por natureza:**

	2015	2014	2013
Despesa de salários e benefícios a empregados	—	(253)	—
Encargos de depreciação e amortização	(223)	(132)	(29)
Despesas com serviços profissionais	(1.737)	(4.637)	(144)
Despesas com impostos e taxas	(3.566)	(296)	—
Despesas gerais	(216)	(622)	(6)
Total de despesas administrativas	(5.743)	(5.940)	(179)

	2015	2014	2013
Desp. de salários e benefícios a empregados	(1.560)	(253)	—
Encargos de depreciação e amortização	(223)	(132)	(29)
Despesas com serviços profissionais	(5.638)	(4.953)	(144)
Despesas com impostos e taxas	(4.415)	(296)	—
Despesas com cartório	(1.342)	—	—
Despesas com seguros	(204)	—	—
Despesas com viagens	(585)	—	—
Despesas com materiais de escritório	(503)	—	—
Despesas gerais	(1.492)	(853)	(6)
Total de despesas administrativas	(15.962)	(6.487)	(179)

20. Receitas e despesas financeiras:

	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
	(Reap.)					
Prêmio de opção de compra (Nota 10)	—	—	—	(6.055)	—	—
Juros pag/incorr. (59)	(7)	(26)	(100)	(7)	(7)	(26)
Impostos (126)	(62)	—	(10.349)	(62)	—	—
Tarifas (8)	(7)	(1)	(30)	(7)	(1)	(1)
Desps.financs. (193)	(6.131)	(27)	(10.479)	(6.131)	(27)	(27)
Ganho liq.de inst. fin.(Nota 10)	19.982	3.392	—	19.982	3.392	—
Descontos obtidos	—	19	—	—	19	—
Juros recebidos	—	1	—	—	1	—
Recelit.aplic.fin. 8.779	3.367	257	9.747	3.367	257	257
Recs.financs. 28.761	6.779	257	29.729	6.779	257	257
Result.fin.líq. 28.568	648	230	19.249	648	230	230

21. Imposto de renda e contribuição social: Todas as empresas do Grupo adotaram a sistemática de apuração do imposto de renda com base no lucro presumido para os anos de 2014 e 2013 e no lucro real para o ano de 2015. (a) **Lucro presumido – exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013:** O imposto de renda e contribuição social foram apurados de acordo com a sistemática denominada “Lucro Presumido”, para os exercícios de 2014 e 2013, de forma que ambos foram calculados aplicando-se os percentuais de presunção previstos na legislação específica e as alíquotas de 15%, acrescido do adicional de 10%, para o imposto de renda, e de 9%, para a contribuição social, reconhecidos pelo regime de competência.

(b) **Lucro real – exercício social encerrado em 31/12/2015:**

	Controladora	Consolidado
	2015	2015
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	2.106	2.106
Total do imposto corrente	2.106	2.106

	Controladora	Consolidado
Imposto diferido		
Diferenças temporárias-Juros s/empréstimos	6.666	6.666
Total do imposto diferido	6.666	6.666
Despesa de imposto de renda	8.772	8.772

O imposto sobre o lucro do Grupo, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota padrão. A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado dos exercícios findos em 31/12/2015 é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
	2015	2015
Lucro antes do I.R. e da contribuição social	3.200	3.200
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
I.R. e contr.social p/alíquota fiscal combinada (1.064)	(1.064)	(1.064)
Diferenças permanentes líquidas	—	—
- Participação no resultado de controladas	(6.672)	—
- Despesas indedutíveis	(1.012)	(1.012)
Ativo fiscal s/prej.fiscal e base negativa da contrib.social de controladas não constituído	—	(6.672)
Outros	(24)	(24)
	(8.772)	(8.772)

	Controladora	Consolidado
	2015	2015
I.R. e contribuição social correntes	(2.106)	(2.106)
I.R. e contribuição social diferidos	(6.666)	(6.666)
Despesa de I.R. e contribuição social	(8.772)	(8.772)
Alíquota fiscal efetiva	274%	274%

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2015 montam R\$ 19.625. Baseada no histórico de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social das controladas, a Companhia entende que, atualmente, não possui os requisitos mínimos para registro de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no passivo no montante de R\$ 6.666 proveniente do juros sobre empréstimos capitalizados.

22. Prejuízo por ação básico e diluído: Básico e diluído: O prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2015	2014
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(5.572)	(6.967)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	265.647	85.824
Prejuízo básico por ação - R\$	(0,02)	(0,08)

23. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa: Transações não monetárias. A principal transação não monetária é a capitalização de encargos por financiamentos mencionada na Nota 11 e 12.

24. Compromissos: Gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos por compra de imobilizado e serviços de operação e manutenção:

	2015	2014	2013
Imobilizado	298.643	746.925	286.900
Operação e Manutenção	44.567	-	-
Total compromissos	343.210	746.925	286.900

25. Seguros: O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas

compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval a fumaça/lucros cessantes	100.000

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil. **26. Eventos subsequentes:** Em 1º de janeiro de 2016 foi declarada o início de operação da Itarema V, e consequentemente iniciou o faturamento por contrato A-3/2014 (Nota 1). Em 16 de fevereiro de 2016, foram publicados no DOU as REAs 5642, 5646 e 5647 alterando os cronogramas das EOLs Itarema I, Itarema II e Itarema III, respectivamente, para início de operação comercial até 02 de maio de 2016. Adicionalmente, na mesma data foi publicado o Despacho 384, alterando a data do início de suprimento dos CCEARs das EOLs Itarema I, II e III para 02 de maio de 2016, sem aplicação de quaisquer penalidades pelos atrasos incorridos até esta data. Em 23 de fevereiro e 04 de março de 2016 foi declarada a comercialidade das Unidades Geradoras 1 a 7 da companhia Itarema II. A energia gerada será vendida no mercado livre até início do contrato. No mês de fevereiro a energia gerada, energia incentivada, foi vendida por contrato bilateral à Renova Comercializadora de Energia S.A.. Anterior à data da excludente, as Itarema I, II e III assinaram contrato de compra de energia com a BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda. e com a Dow Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2016. A energia comprada em janeiro e fevereiro foi vendida no mercado livre e por contrato bilateral com a Deal Comercializadora de Energia Ltda.. Todas as empresas estão com os cronogramas em dia para o início de operações antes da data de início do contrato A-3 de 2014. **DIRETORIA** - Alexandre Lima Nogueira.

CONTADOR: Sérgio Gonçalves dos Santos - CRC SP-180420/O-0 S-RJ - Contador - CPF: 142.123.958-27.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Itarema Geração de Energia S.A. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Itarema Geração de Energia S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Itarema Geração de Energia S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/15 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itarema Geração de Energia S.A. e da Itarema Geração de Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Ênfase.** Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras que descreve que a Companhia está em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. Nesse contexto, a realização dos seus ativos e a reversão do cenário de prejuízos acumulados dependem do êxito na geração de energia para atendimento à demanda comercializada no leilão. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em decorrência dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos. Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado.** Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2016. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - CRC 2SP000160/O-5 "S" CE. Maria Salete Garcia Pinheiro - Contadora CRC 1 RJ 048568/0-7 "S" CE.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO CARIRI - AVISO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.04.13.1. O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Santana do Cariri, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna publico, para conhecimento dos interessados, que o Procedimento Licitatório, na modalidade Pregão nº 2016.04.13.1, cujo Objeto Aquisição de Medicamentos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Santana do Cariri/CE, tornou-se DESERTA. Maiores informações na sede da Comissão de Licitação, sito a Rua Dr. José Augusto, nº387 - Centro, Santana do Cariri/CE, ou pelo telefone (88)3545-1214, no horário de 08h00min as 12hrs. **Santana do Cariri/CE, 24 de Maio de 2016. Alberto Pinheiro Torres Neto - Pregoeiro Oficial.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMBU - EXTRATO DE CONTRATO - Contratante: Secretaria de Saúde. **Contratado:** J.L. GOMES COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP pelo valor global de R\$ 76.000,00(Setenta e seis mil reais); **Objeto:** Aquisição de gás medicinal (gás oxigênio), destinado a atender as necessidades da Secretaria de Saúde do município de Parambu - CE; **Procedimento Licitatório:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 2016.05.04.001S. **Vigência do Contrato:** 31 de Dezembro de 2016. **Data-ção Orçamen-tária:** 02.17.17.10.302.176.211 **Elemento de Despe-sas:** 33.90.30.00. **Assina pela Contratante:** Wanderley Pereira Diniz - Ordenador de Despesa da Secretaria de Saúde **Assina pela Contratado:** José Laerte Gomes **Data da Assinatura:** 18.05.2016. Comissão de Licitação.

